

ACTA N.º 003/2007

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO
DIA CATORZE DE MAIO DE DOIS MIL E SETE**



Aos catorze dias do mês de Maio de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Antunes Canais, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, Carlos Manuel Simões Barata, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Marta José Guerra Pereira da Silva, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa e Silvino Rino Rosa.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, João dos Santos Abreu, José Duarte da Silva Vaz Teixeira e Manuel João Mota Cardoso.-----

Estavam também presentes, os Srs. Presidente da Câmara, Vice Presidente e Vereadores Maria Manuela Pinheiro e Carlos Tomé.-----

Nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual, foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: António Manuel Pedroso Leal, João dos Santos Abreu, José Duarte Silva Vaz Teixeira, por José António Magalhães Faria Rodrigues, José Carlos Frango e Hélder Moita respectivamente, que se encontravam na sala e assumiram o seu lugar.-----

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

Foi presente e distribuída a relação da correspondência recebida, ficando cópia da mesma anexa a esta acta. (Anexo 1)-----

Deu-se de seguida início ao Período da Ordem do Dia, com a seguinte ORDEM DE

TRABALHOS:

- 1 - Apreciação da acta da sessão anterior.**
- 2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafecção do uso público de uma parcela de terreno, sita no Largo General Humberto Delgado para permuta com a Edicris-Imobiliária, Lda.”**
- 3 – Apreciação e votação para exoneração do Município de associado da ARTEMREDE.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para delegação de competências nas Juntas de Freguesia/Protocolos.**
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para alterações à Carta Educativa do Concelho de Torres Novas.**
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, de alteração de sinalização vertical de trânsito, na vila de Riachos.**
- 7 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, para participar no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**

8 – Apreciação e votação da proposta presente na sessão desta AM de 23.04.07, referente a uma eventual alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

PONTO UM

APRECIACÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR

Foi presente a acta da sessão ordinária realizada a vinte e três de Abril do ano em curso. Foram feitas as seguintes intervenções:

Evelina Mendes – Informou que, em relação à análise desta acta, e por não se encontrar presente o membro António Leal, entrega a seu pedido, cópia do pedido feito por aquele membro ao Provedor de Justiça, que se anexa, (anexo 2) referente à taxa de reclamação constante do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, aprovado por esta Assembleia, quando por lapso anunciou na referida reunião, que o mesmo tinha sido dirigido à Procuradoria da Republica.-----

Evangelina Mendes – Resumiu o parágrafo da intervenção do Sr. Presidente de Junta de Santa Maria na referida reunião, acerca do assunto da avaliação externa à Escola Artur Gonçalves, não sabendo se a mesma é transcrição exacta do que foi dito ou se ouviu mal, porque lhe parece não ter a ver com a intenção manifestada pelo Sr. Presidente quando interveio sobre aquele assunto. Há pouca clareza no texto da acta e pensa que aquilo que o Sr. Presidente de Junta, queria dizer, era manifestar o seu apreço pela actividade da escola Artur Gonçalves, pelo que tem vindo a fazer e também o apreço que a comunidade envolvente tem em relação à escola. Aquilo que transparece pela leitura do parágrafo não é de facto isso e gostaria de esclarecer o que foi ouvido.-----

Joaquim Alberto Godinho – Interveio para referir que o que pretendeu dizer era que tinha havido na escola Artur Gonçalves, uma avaliação exterior, cerimónia da qual fez parte como convidado, elogiou o ambiente que reinou na sala, tendo havido da parte doutras escolas, manifestações de apreço por aquele estabelecimento de ensino, a nível educacional e até o seu envolvimento na comunidade. Agora o termo referido de “ter sido alvo”, pensa que será uma questão de interpretação.-----

Evangelina Mendes – Voltou a intervir para acrescentar que então faltou referir que a avaliação externa a que a escola foi sujeita, tem a ver com o facto da mesma estar para assinar um contrato para vir a vigorar como contrato de autonomia que neste momento só cerca de cento e poucas escolas a nível do país, estão envolvidas. Aquilo que parece pela leitura é que houve um problema qualquer e a escola foi alvo duma avaliação. Não houve problema e a escola está de facto neste momento no grupo das cento e poucas escolas a nível nacional que está a trabalhar para ter um contrato de autonomia, sendo um patamar acima daquilo que já é normal e comum nas escolas no nosso país. Regista que faltou provavelmente este esclarecimento, porque aquilo que parece é outra coisa e não pode parecer essa outra coisa.----

A acta foi aprovada com vinte e nove a favor e quatro abstenções, de membros que não estiveram presentes na referida sessão.-----

PONTO DOIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NO LARGO GENERAL HUMBERTO DELGADO PARA PERMUTA COM A EDICRIS-IMOBILIÁRIA, LDA.”

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em dois de Maio do ano em curso. (Anexo 3).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Canais – Colocou as seguintes questões:

1 - Efectuada a permuta, se a parcela que a câmara irá receber, se será também para integrar no domínio público.

2 – Lamentou que se continue a aumentar cérceas e volumetrias quando a população nem tem tendência para crescer... Lembrou que quando do estudo prévio falava-se em cérceas de 3 ou 4 pisos, agora já vão em 6 + cave, quer dizer que praticamente duplicou. Disse que apesar disso a CDU irá votar a favor da proposta.-----

António Gomes – Disse o seguinte: Tenho alguma dificuldade em analisar este processo, até porque falta elementos que parecem interessantes, mas gostaria mesmo assim, correndo algum risco de não ser devidamente entendido, fazer algumas perguntas:

1 - Da rectificação feita relativamente aos terrenos, sobram 102 m², se foi feita avaliação a esta área.

2 - Deste negócio decorrem naturalmente e legitimamente interesses para o construtor, pergunta se houve alguma avaliação das mais valias que resultam deste negócio, tendo em conta que se vai construir ali um prédio de seis andares e se calhar mais um, se os serviços fizeram essas contas ou a câmara, gostaria de ser informado.-----

José Carlos Frango – Disse que a sua intervenção vem no contexto da do membro anterior, alertando para o facto de não ficar bem um prédio de seis andares, numa zona que já é tão alta, correndo-se o risco das pessoas que moram ali à volta, perderem a sua privacidade, não vive lá, mas se lá vivesse não gostaria.-----

O **Sr. Presidente da Mesa** – Informou de seguida, que o que está em causa e em análise, não é o projecto da obra, mas sim a desafecção duma parcela de terreno destinada a permuta. Também esclareceu que qualquer membro pode consultar o projecto.-----

Evelina Mendes – Solicitou de seguida e mais uma vez, que de futuro e em situações idênticas constasse plantas que identificassem as parcelas em questão, porque é difícil saber o que se está a permutar, uma vez que não existe uma única planta que identifique a parcela. Acrescentou o seguinte: o processo está presente, é verdade, mas em cima da hora é difícil analisar e também temos alguma dificuldade dentro do horário de trabalho, vir consultar, por isso agradecia que em situações futuras, bastava juntar uma planta com a identificação das parcelas a permutar. O Sr. Presidente tem razão quando diz que estamos somente a analisar a permuta de terrenos, mas estamos a fazê-lo porque o projecto tal como está, não pode ser enquadrado na área pertença do construtor. É por isso que se está a permutar. Ainda sobre o projecto, o mesmo prevê seis pisos mais um e o parecer técnico de arquitectura diz que o

número máximo de pisos previsto de acordo com o artigo 9.º do PDM, são seis pisos. Queria saber se no PDM está previsto seis pisos acima da cota de soleira, ou se é só seis pisos.-----

Sr. Presidente da Câmara – Interveio e referiu ter ouvido intervenções sem grande cabimento, informando estar em causa, terreno que a Câmara utilizou para fazer as obras da elipse e do viaduto. Recebeu terreno e agora irá entregar, embora menos área. A avaliação referida por Antonio Gomes, não tem significado, a permuta foi vantajosa, há interesse público. Quanto à construção e à sua legalidade, decerto que a empresa irá cumprir com os requisitos exigidos e que todos terão oportunidade de constatar.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, aprovar com vinte e nove votos a favor e seis abstenções, desafectar do Uso Público uma Parcela de Terreno, sita no Largo General Humberto Delgado para Permuta com a Edicris-Imobiliária, Lda.-----

PONTO TRES

APRECIACÃO E VOTAÇÃO PARA EXONERACÃO DO MUNICÍPIO DE ASSOCIADO DA ARTEMREDE.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em 06.06.06. (Anexo 4).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Sr. Presidente da Câmara – Fundamentou de seguida a opção tomada pela Câmara, referindo que na altura a adesão à ARTEMREDE, foi considerada como uma saída para rentabilizar o investimento grande que se estava a fazer no Virgínia, depois evoluiu-se para uma política de intervenção e programação que ultrapassou e de que maneira a lógica desta ARTEMREDE. Deixou de ser lógico. Se não houvesse hoje a política que se tem no Virgínia, para a cultura, para as festas da cidade, se calhar fazia sentido, apareceu à posterior, uma equipa com a admissão do Sr. Engenheiro Aidos, que não justifica ter esta despesa.-----

António Canais – Referiu o seguinte: “a 21.12.04 a Assembleia Municipal, deliberou autorizar a integração na ARTEMREDE, porque segundo a fundamentação camarária tornava mais viável a nível de preços, a vinda de espectáculos. Depois, em Novembro de 2005, concluíram como se vê no estudo agora entregue, que não era viável do ponto de vista da boa gestão, manterem-se como associados. Agora, passado ano e meio vêm-nos solicitar a exoneração, fico a pensar: em 2004 era tão bom, passado um ano já não era bom, mas depois demoraram ano e meio para solicitarem à Assembleia a exoneração de associado. Entretanto também li na informação entregue, que a CCDR e o Dr. Moita Flores tinham pedido ao Sr. Presidente da Câmara se podiam adiar a decisão de desistência. Gostava ainda de saber o motivo deste pedido, e se este ano e meio de intervalo entre a conclusão de que era mau continuar e o pedido de exoneração, se teve por base o pedido da CCDR e do Dr. Moita Flores”.-----

Paulo Renato Gregório – Disse o seguinte: “Quando este processo da ARTEMREDE veio a esta Assembleia Municipal considerei a iniciativa interessante, devido a vários aspectos: a ideia da articulação entre vários teatros, a economia de escala que isso iria possibilitar e a possibilidade de se criarem espectáculos que de outra forma só assim seriam apresentados nos grandes centros urbanos e que desta forma e neste sistema seriam integrados e apresentados em Torres Novas. Uma leitura atenta da nossa realidade local, hoje o Teatro Virgínia a funcionar com uma programação de qualidade e de grande diversidade, leva-me no entanto a pensar de uma forma diferente e além disso há alguns aspectos que na altura me escaparam, como por exemplo o caso do Teatro ter de devolver à ARTEMREDE a questão das receitas de bilheteira, o que eu penso que é nefasto para qualquer tipo de teatro e qualquer programação cultural. Neste sentido e tendo em conta as expectativas que nos levaram a aderir à ARTEMREDE, e tendo em conta aquilo que é hoje a realidade do Teatro Virgínia, não me custa nada votar favoravelmente a exoneração do município como associado da ARTEMREDE”.-----

António Gomes – Referiu o seguinte: “Esta proposta aqui trazida hoje é um pouco o coroário dum caminho que se percorreu durante dois anos e que o Sr. Presidente justificou.

Mas a questão que se devia colocar, era que caminhos nós queremos traçar. Este era um exemplo na área da cultura, mas existem outros, aliás já aqui à tempos vieram nos jornais algumas declarações pouco abonatórias relativamente à ARTEMREDE, por parte da Câmara Municipal, por isso a situação fazia-se adivinhar que vinha parar aqui. Mas a questão é esta: um projecto destes, onde outras Câmaras aqui à volta acham que é razoável, para não dizer bom, um projecto que engloba um conjunto de municípios, que tendo em conta este pressuposto deveria trazer a Torres Novas um conjunto de espectáculos de qualidade e a um preço razoável, a pergunta que eu faço é: porque é que a Câmara não negociou, porque não questionou a ARTEMREDE, não discutiu com os parceiros do projecto, tomando esta decisão que se adivinhava há algum tempo. Eu penso que é mau, porque acho que os caminhos do futuro têm de ser os caminhos da intermunicipalidade, que tenham a ver com os municípios vizinhos, de recursos humanos e financeiros e eu acho que este é o caminho contrário a esse. Esta era a questão que queria deixar”.-----

Ramiro Silva – Solicitou os seguintes esclarecimentos:

1 - Na documentação que nos foi entregue em relação a esta matéria, consta uma troca de correspondência entre a ARTEMREDE e a Câmara Municipal em relação a umas dividas. Qual foi o desenrolar desta situação.

2 – Vem também uma informação a justificar da saída da CMTN da ARTEMREDE que curiosamente não está assinada. Na última página, diz-se, que o próprio processo é muito politizável a nível da direcção, gostaria que me esclarecessem o sentido desta afirmação.-----

-

Sr. Presidente da Câmara – Interveio para esclarecer que não têm duvidas ser este o melhor caminho. Fez algumas referências às questões colocadas por António Canais e António Gomes, nomeadamente pelo facto de se ter considerado em 2004 ser a ARTEMREDE uma boa aposta, que justificou pelo receio de ter de ficar o espaço às moscas, parecendo na altura a melhor solução. Também a contratação do Sr. Engº Aidos, ligado a essa área e que elogiou, trouxe ao Virgínia uma contratação mais barata que a ARTEMREDE, dando como exemplo as festas da cidade, orçadas em 10 mil contos quando antigamente eram

25 mil. Tudo isto se deve à sorte e ao mérito de ter na frente daquele espaço, alguém que domina bem esta matéria e este mercado. Perguntam porquê tanto tempo a responder? Por razões meramente estatutárias. Acrescentou que o Teatro Virgínia é um ponto de referência no distrito e justificou assim, que se não existisse a sua estrutura altamente profissionalizada, altamente competente, altamente conhecedora dos mecanismos nacionais e internacionais da cultura, secalhar hoje estávamos aqui a elogiar a ARTEMREDE, mas hoje a ARTEMREDE não consegue melhores preços que Torres Novas.-----

António Canais – Interveio e referiu que o Sr. Presidente da Câmara põe tanto calor na sua intervenção, que lhe parece estar a ouvi-lo há dois anos e meio atrás, quando defendia a adesão da Câmara àquela Associação. Não deixa de ser surpreendente, como é que a ARTEMREDE, uma Associação com uma dúzia de municípios, não consegue obter os mesmos preços de Torres Novas agora isolada consegue, já não diz mais baixos. Deve ser certamente, mais uma particularidade, porque o Eng.º Aidos se for assim, a ARTEMREDE vem aliciá-lo porque é melhor estar ao serviço duma dúzia de municípios do que só de um. Também porque em princípio, as redes serão sempre para criar melhores condições e nunca será o papel individual e isolado que resolverá as situações, poderá conjunturalmente acontecer o contrário, mas não será assim o futuro. “Nós prezamos alguma coerência, o dito por não dito repugna-nos, assim iremos abstermo-nos”.-----

Sr. Presidente da Câmara – Respondeu de seguida, que quando se exprime e quando defende as melhores soluções para o concelho, por vezes forçadas pela evolução que a vida política tem, o faz com sinceridade. Acrescentou que nessa sequência, brevemente irá à Câmara a anulação do processo do leasing dos novos Paços do Concelho, bem como outras novidades que irão ter oportunidade de constatar. As vidas evoluíram e o que é importante é estar a defender os interesses do município, realçando uma vez mais a competência da equipa do Virgínia, que planeia o que é bom para o concelho, tendo sido dada inteira liberdade ao seu director para optar e decidir, estando os resultados à vista.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, com vinte e quatro votos a favor e onze abstenções, exonerar o Município de Associado da ARTEMREDE.-----

PONTO QUATRO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA/PROTOCOLOS.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em dois de Maio do ano em curso. (Anexo 5).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Sr. Presidente da Câmara – Interveio fazendo um resumo da proposta apresentada, havendo a esperança e a vontade política de em 2008, tentar remexer nas verbas e tentar fazer uma melhor política de equidade. Por outro lado acrescentou, que também devido às evoluções, não sabe se faz sentido haver ajustes neste tipo de protocolos com as Juntas, mas essa situação terá de ser bem analisada. Se essa alteração não acontecer para o ano, deveria criar-se um grupo de trabalho, que propuzesse uma maior justeza na distribuição destas verbas.-----

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “Em primeiro lugar para dizer estar de acordo com o dito pelo Sr. Presidente quando diz que deveriam ter mais competências, mas com os respectivos meios financeiros. Queria também reafirmar uma proposta que a CDU já apresentou em tempos. Uma vez que as verbas para estes Protocolos estão inscritos no orçamento, de que estes Protocolos pudessem ser aprovados pela Assembleia Municipal, se não fosse possível, no próprio dia da aprovação do orçamento, na sessão seguinte, evitando que as Juntas de Freguesia, que já têm tão poucos meios, estejam tanto tempo sem estas verbas. Pergunto ainda: o ano passado os protocolos foram aprovados numa sessão, a única onde eu não estive. Fui ver a acta e a mesma refere que o Sr. Presidente disse que a proposta das verbas foi a que lhe pareceu mais razoável e que em Outubro far-se-ia um rigoroso levantamento das necessidades, percebendo-se então as diferenças que existem nas várias

freguesias, para futuras alterações. Foi feito esse levantamento? qual o resultado? Não há nada a acrescentar? Nós iremos votar a favor destes protocolos, mas queria deixar uma sugestão, para que fosse aplicado um aumento igual ao valor da inflação, porque as verbas são exactamente as mesmas do ano passado. Era o mínimo que se podia exigir. Penso que independentemente de hoje serem votadas as propostas de Protocolos, que ficava bem, nem que fosse pelo menos o aumento do valor da inflação, um aumento de 5%, são 20 mil euros, numa câmara que deve 37 milhões, não são 20 mil euros que vai fazer diferença.-----

-

José Gil Seródio – Dirigindo-se aos Srs: Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, Vice Presidente, Srs Vereadores, deputados municipais e Presidentes de Junta, disse o seguinte: Há vários anos, sempre que os protocolos de apoio às escolas, vêm a esta Assembleia, cá estou eu, ou alguém por mim a clamar contra a injustiça que pensamos existir na distribuição de verbas, tendo até votado contra as propostas de protocolo sucessivamente apresentadas pela Câmara às freguesias. No presente ano tudo está na mesma, só a escola da Meia Via continua a crescer em frequência. Porque no que respeita à Câmara nada foi alterado, a Junta de Meia Via vai receber menos do que deveria ser atribuído e muito menos do que necessita. Este ano não vou votar contra a proposta de Protocolo apresentada, que é igual à de 2006. De facto já cheguei á conclusão que não vale a pena. Noto no entanto que apesar da Câmara não querer fazer justiça no que diz respeito às verbas a atribuir às escolas de Meia Via, ela viu-se na necessidade de fazer justiça pelo menos naquilo que as nossas escolas representam no contexto do nosso concelho. Assim, na proposta de alterações da Carta Educativa afirma a Câmara: *“a população escolar de Meia Via, era de 53 alunos em 2002, e actualmente este total é de 104 alunos, pelo que se defende a implementação do centro escolar de Meia Via”*. Na verdade, é como a Câmara afirma. No entanto eu devo acrescentar que no próximo ano lectivo 2007/2008, deve abrir mais uma sala do ensino básico em Meia Via pelo que se estima no próximo mês de Setembro, que a nossa escola básica venha a ter 125 ou mais alunos. Esta é a nossa realidade. Na freguesia de Meia Via não se recebe o justo pagamento, mas abrem-se mais salas de aula que nos dá imensa satisfação. Mas se é a própria Câmara nos seus documentos oficiais a apresentar e a realçar o crescimento e a importância da

nossa escola, também é necessário que nós, Junta de Meia Via, apresentemos o nosso trabalho e as razões da nossa insatisfação. Começaremos por dizer que discordamos completamente do facto das escolas de Meia Via, depois das de Santiago serem as que menos recebem, 4.529 euros. Há portanto 15 freguesias que recebem mais que a de Meia Via. Depois pensamos que no ranking das escolas do concelho no que respeita à quantidade de alunos, devemos situar-nos, não no penúltimo lugar mas possivelmente entre o quinto e o sétimo num universo de 17 freguesias, que nem todas têm escolas a funcionar. De seguida, tenho aqui comigo as contas das despesas que a Junta a que presido, já suportou neste ano de 2007, até ao dia de hoje que totaliza 2 812 euros. Por último, para se apreciar melhor a grandeza do que se passa na escola de Meia Via, devo ainda acrescentar que a Junta já forneceu aquele estabelecimento de ensino desde Janeiro e gratuitamente 5 279 fotocópias. Sr. Presidente da Câmara: apesar de tudo o que acabei de referir, votarei favoravelmente os protocolos apresentados, porque acredito na descentralização das competências e ainda porque as crianças das escolas da minha freguesia necessitam daquele dinheiro, no entanto não vou esquecer que este protocolo foi aprovado por unanimidade na Câmara, sete votos.-----

António Canais – Referiu que no documento entregue, consta que estas delegações de competências estão de acordo com o disposto no artigo 66.º, da Lei 169/99, quando deveria referir também as alíneas a que correspondem, para melhor se identificar, uma vez que o artigo é muito extenso.-----

Sr. Presidente da Câmara – Interveio de novo considerando o assunto sério, referindo algumas questões relacionadas com futuras alterações que poderão até por em causa a continuação ou não desta delegação de competências. Sobre a Meia Via, a mesma está a sofrer as consequências da divisão da freguesia de Santiago. Também acrescentou que com a conclusão dos centros Educativos, as Juntas deixarão de ter escolas e por isso, como já atrás referiu, não sabe se valerá a pena fazer alterações.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara e por unanimidade, aprovar a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia/Protocolos.-----

PONTO CINCO
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA
ALTERAÇÕES À CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE TORRES NOVAS

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em seis de Março do ano em curso. (Anexo 6).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

De seguida e relacionado com a proposta em análise, interveio a **Sr.^a Vereadora da Educação, Manuela Pinheiro**, que referiu que, não obstante o mérito da Câmara Municipal em ser uma das primeiras a avançar com a elaboração da Carta Educativa, ainda em 2002, o documento viria a ser aprovado apenas no final de 2006. Entretanto, verifica-se que há propostas que não são viáveis perante alterações demográficas já decorridas, há previsões que não se concretizaram e mudanças que têm de ser introduzidas, por exemplo ao nível da dimensão dos novos centros escolares, que terá de aumentar face ao referido pela Sra. Ministra da Educação aquando da homologação da Carta. Assim, propõem-se três alterações ao reordenamento da rede definido para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, a saber: a construção de um terceiro centro escolar na cidade de Torres Novas, na zona dos Negréus, suprimindo o centro previsto para a zona de Liteiros, a transformação da EB1 Visconde S. Gião em EB1/JI, suspendendo o actual Jardim-de-infância das Tufeiras, e a redefinição da área de influência do centro escolar da Meia Via de modo a incluir também a freguesia de Santiago. A primeira alteração prende-se com a evolução da população escolar na cidade que, neste período entre 2002 e 2006, passou de 650 para 769 alunos. Ao contrário, o número de alunos que ficariam abrangidos pelo centro educativo de Santa Maria rural, planeado para Liteiros, passou de 157 para 125. Esta alteração pressupõe a integração da freguesia de Zibreira no centro escolar de Pedrógão/Ribeira Branca e pela integração da freguesia de Parceiros da Igreja na área de influência do centro escolar de Alcorochel/Brogueira. A segunda alteração é a transformação da escola EB1 Visconde S. Gião em EB1/JI, tipologia com que ficarão todos os centros escolares. Relativamente à área de

influência do centro escolar de Meia Via, propõe-se que passe a abranger também a população de Santiago, ao contrário do previsto na Carta Educativa, que considerava a freguesia no centro escolar de Olaia. Já há vários anos que os alunos de Santiago pertencem ao agrupamento de escolas Humberto Delgado e têm vindo a participar em várias actividades em conjunto com os alunos de Meia Via. Em consequência desta alteração e para manter uma dimensão relevante, o centro escolar de Olaia passará a abranger a freguesia do Paço, ficando o centro escolar do Norte do concelho a abranger as freguesias de Assentis e Chancelaria”.-----

Joaquim Alberto Godinho – Referiu o seguinte: “Quando foi aprovada a Carta Educativa envolvia a freguesia de Santa Maria rural com um centro escolar a construir em Liteiros, dum momento para o outro surge a mudança para a cidade, talvez com a redução de numero de alunos, porque se fechou a escola de Marruas e Bonflorado, o que é certo é que vamos ter a escola mais perto de Liteiros, em Pedrógão, no campo oposto vamos ter Alcorochel e Brogueira. No meio de tudo isto ficará Liteiros, Parceiros, Zibreira, Videla, Resgais e Cardais, não falando já nas Marruas e Barreira Alva, é já uma grande zona de desenvolvimento do concelho, os dois nós da auto estrada A 23 de Torres Novas e da AI, onde estão as zonas industriais, os bancos, as bases dos hipers, grande pólo de emprego. Sucede que vamos mandar miúdos de três e quatro anos para Torres Novas e de um momento para o outro, surge a ideia de se fazer uma terceira escola e fazer a reclassificação na escola das Chãs. A escola das Chãs cujo projecto tenho em meu poder, torna-se para mim um drama. Ou seja: um jardim de infância que foi feito há pouco mais de dois anos, que acolheu o ano passado cerca de 90 crianças, salas adequadas, vestiários, recreio, dum momento para o outro, vão-se embora para o pé dos grandes. Vai-se lá fazer um centro de recursos, informático e biblioteca, sala polivalente e de expressões. A Junta lutou muitos anos para que aquele Jardim de Infância se fizesse, lutamos há dez ou onze para a falta de capacidade da escola das Chãs, valha-nos o Centro de Bem Estar Social que está a ceder quatro salas, e irá continuar enquanto a escola nova não estiver construída, porque a remodelação que vai custar perto de duas centenas de milhares de contos vai ficar com as mesmas salas de aula. Responderão que há outra escola nova. Quando é reparada esta? Escrevi várias cartas à Câmara, dizendo até que era um grande erro histórico, embora a Junta de Santa Maria ache que estes centros educativos

são uma grande obra. Direi ainda que a manutenção das escolas custaram à Junta no ano que passou, 19 mil euros. Para finalizar diria que não está a ser bem pensado o futuro da parte rural de Santa Maria, na sua dimensão e localização.-----

António Calado Nobre – Referiu o seguinte: “Em relação à proposta de alterações à Carta Educativa do Concelho de Torres Novas, que fique bem claro que a bancada do PSD nesta Assembleia é favorável à criação dos referidos centros educativos. É também nosso entender que aquando da construção destes centros educativos passará o Concelho a estar dotado de uma realidade mais facilitadora da actividade educativa do que a actual. No entanto, esta realidade por si só não é suficiente para que esta actividade educativa seja bem sucedida, deverá sempre ser acompanhada de outras medidas pois o simples facto de aglutinar num mesmo edifício um JI com uma EBI não é sinónimo de uma transição bem sucedida. No entanto, é nosso entender que as mudanças que se pretendem efectuar não podem nunca merecer a nossa concordância, surgindo desde logo uma questão que se torna pouco clara e mesmo inviável, na transformação da EBI Visconde S. Gião em EBI/JI, com a consequente suspensão do Jardim de Infância de Tufeiras. Compreendemos a filosofia que está na base desta opção no sentido de homogeneizar critérios e uniformizar com os outros, no entanto parece-nos um pouco abusivo do ponto de vista do espaço físico, pois se actualmente o espaço se encontra adequado para os alunos existentes em termos de recinto, como irá ser no futuro. Pelas contas do actual ano lectivo, dos 1952 alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do concelho, 428 frequentariam este centro educativo. Mas também é referido no documento e é quase senso comum nos dias de hoje, que a tendência é para a centralização populacional na cidade. Haverá sempre mais alunos. Sobre esta questão a nossa dúvida prende-se com a dimensão física desta estrutura, uma vez que a mesma ainda irá ter sala polivalente, sala de refeições, ocupação de tempos livres, sala de ciências, laboratório de informática e centro de recursos e bem, não é isso que está aqui em causa, a nossa preocupação é só em termos de espaço, porque recordamos aqui uma frase feliz do Prof. Laborinho Lúcio que disse que as crianças precisam de espaço e tempo para brincar. Portanto com esta opção caímos numa de duas realidades possíveis: ou ficamos sem o recreio, ou reduzidíssimo, ou temos um centro escolar

na vertical, uma espécie de Torre Nova. Surge também a questão da deslocação de algumas populações escolares para outras terras para outras realidades, gostaríamos de saber como foram estabelecidos estes critérios, se existe alguma análise de fluxos que sustente a opção, ou se foi alguma opção política, economicista ou de qualquer outra ordem. Não temos aqui dados que nos garantam que estas opções serão as melhores, e com base nestes dados não poderemos votar em consciência. Queríamos saber se existem dados que sustentam estas opções e se os Presidentes de Junta foram auscultados neste processo uma vez que são envolvidos e a sua posição é de grande importância pois não nos podemos esquecer que a realidade mexe com a vida das populações, que delegaram neles a defesa dos seus legítimos interesses e esses estudos se existirem gostaríamos de saber como foram realizados e por quem, se têm por base o processo de monitorização e de revisão da Carta Educativa e quem realizou essa monitorização. Basicamente são estas questões.-----

Sr.º Presidente da Câmara – Interveio para responder a algumas questões, referindo que as Juntas tinham sido auscultadas neste processo, acrescentando de seguida que as deslocações das crianças são devidamente asseguradas e que o assunto preocupa a todos, mas recordou que quando foi aprovada a Carta Educativa, estas alterações não estavam previstas e não são vontade política da CMTN, é uma questão técnica imposta pelo governo e também pelos critérios do QREN. Falou ainda da localização do centro escolar de Pedrógão que tudo irão fazer para que fique ao lado da estrutura desportiva da freguesia, para rentabilizar o que lá está. Por último informou que todos os centros escolares são uma imposição técnica do próprio Ministério, excepto o de Olaia, que não terá subsídios, tendo havido até contactos para articular com Tomar, mas não houve resposta.-----

Joaquim Godinho – Respondeu que nunca foi contra o fecho das escolas, todos sabem bem isso, mas terá de defender esta situação e para isso precisa de ter dados precisos.---

Marta Silva – Considerou o documento entregue da proposta, um pouco vago, mas os esclarecimentos prestados pela Sr.ª Vereadora e Sr. Presidente da Câmara já a esclareceram um pouco e coloca ainda as seguintes questões:

Como será o Centro Educativo de Santa Maria, o edifício será aumentado? Serão feitas obras de ampliação? Questionou ainda do destino a dar ao actual Jardim, como será feito o transporte das crianças. Acerca desse assunto, disse verificar que por exemplo nas Marruas, o transporte é feito em autocarros enormes que levam pouco mais de seis miúdos, questionando da sua segurança. Sendo professora e pela experiência adquirida, existe um rendimento muito mais elevado quando são poucos alunos. Por último e relacionado com a votação feita na reunião do Conselho Municipal de Educação, em que foram aprovadas as alterações da Carta agora em análise, questionou se poderia ser facultada a justificação do voto, da docente que votou contra.-----

Evelina Mendes – Referiu nada ter a opor ao facto dos alunos das freguesias da cidade irem para a cidade. Também no caso da zona de Liteiros, as crianças ficarão no centro escolar de Pedrógão/Ribeira e Alcorochel/Broqueira mas os pais escolhem o centro escolar que melhor se adequem às suas necessidades. No caso de Santiago também freguesia da cidade, as crianças vão ser deslocadas para o centro escolar de Olaia/Paço, e Meia Via Santiago, conforme o número. Questiona se neste caso e na área rural, as crianças não poderão optar também por ir para a cidade, como todas as outras freguesias. Ainda questiona quem fez a recente monitorização da Carta Educativa.-----

Luís Gaspar Lopes – Iniciou a sua intervenção dizendo que desde o início apoiou sempre este projecto, no entanto neste momento depara-se-lhe algumas duvidas porque a alteração que se prevê fazer na escola de S. Gião quanto ao espaço físico daquela escola, parece-lhe um pouco exagerado. Tem cerca de quatrocentos alunos na sua área e enquanto não vir o projecto não fica descansado. Demonstrou pena pelo fecho do Jardim de Infância de Tufeiras, que foi inaugurado há poucos anos e onde a Junta tem gasto tanto dinheiro, considerando que só um grande benefício é que compensará essa atitude. Chamou ainda a atenção para o facto do terreno onde irá ser construído o Centro Escolar de Santa Maria pertencer à sua Junta, ou seja de São Pedro, esperando que a nível de futuro fique bem definido a quem caberá a responsabilidade daquele espaço.-----

Sr. Presidente da Câmara – Interveio e referiu que as alterações à Carta foram aprovadas no Conselho Municipal de Educação, com um voto contra, que não é significativo, o que conta é a maioria. Reforçou que com o início do funcionamento dos centros educativos, irão acabar as ligações com as Juntas, as transferências e tudo ficará a cargo das câmaras e seria bom que de uma vez por todas se perceba isso. Referindo-se mais uma vez ao rendimento das aulas com poucos alunos, apontado também por Marta Silva, discorda e ainda mais quando há mistura de níveis, como acontece no ensino básico. Reforçou que o Jardim de Infância de Tufeiras, na data em que foi construído não foi um erro, houve foi algumas mudanças e a mais significativa foi a diminuição da população escolar naquela zona e por último informou que irá haver uma boa rede de transportes para dar cobertura a todo este novo sistema.-----

Luís Gaspar Lopes – Disse e assume ter votado a favor de todas estas alterações, mas como ainda não conhece o novo projecto da escola Visconde S. Gião, está apreensivo, porque de certa maneira se sente preocupado pelo espaço para tantos alunos, de resto tudo bem-----

Sr.^a Vereadora Manuela Pinheiro – Interveio de novo e respondeu a algumas questões, nomeadamente sobre as escolas que irão ser ampliadas e os novos espaços, que vão abarcar o mesmo número de turmas. Sobre a docente que votou contra estas alterações, na reunião do Conselho, a sua posição deve-se ao facto de ser mãe e haver na zona da escola Visconde S. Gião alguns casos problemáticos que poderão vir a reflectir-se naquela escola. Por último e quanto à questão dos pais poderem escolher ou não a escola para os seus filhos, poderão escolher claro, mas sem direito a transporte, que ficará à sua responsabilidade.-----

Manuel Filipe – Colocou algumas questões de ordem técnica, nomeadamente, o facto de aparecer na parte descritiva, que o Jardim Infantil de Tufeiras vai desaparecer e nos mapas aparece sempre com o número individualizado, se fazia sentido. Ainda, se se prevê para os novos espaços, salas destinadas aos professores para trabalho, mas também para atendimento.-

José Gil Serôdio – Referiu notar-se nos Presidentes de Junta presentes, muito interesse no que se vai passar e alterar com a implementação dos centros educativos, embora já tenha sido dito que as Juntas não irão assim ter um papel tão activo como até agora. No entanto, enquanto isso não sucede, questiona que características vai ter o Centro Escolar de Meia Via.-

António Canais – Não gostou da expressão do Sr. Presidente: “*de uma vez por todas percebamos*” e acrescenta o seguinte: Mas quem lhe diz que nós não percebemos? É muita presunção da sua parte. Se calhar até percebemos bem de mais para o seu gosto. O Sr. é que tem de perceber que nós quando temos dúvidas queremos esclarecimentos suficientes para depois podermos votar conscientemente, o que deverá ser a preocupação generalizada de todos os eleitos. A CDU nesta situação concreta já percebe o suficiente para não ir votar favoravelmente. O Sr. Presidente lembra-se da complementaridade hospitalar do Médio Tejo e na altura também foi prometida uma rede de transportes que garantiria a satisfação de todas as necessidades... O que é que vemos hoje, passados estes anos todos, é que ela ainda não existe! Por isso como se vê, as experiências que temos não nos abonam muito.-----

Paulo Renato Gregório – Depois de realçar o dito pelo membro José Gil Serôdio, acerca deste assunto estar a ser tão debatido nesta Assembleia e por todas as forças políticas, acrescentou o seguinte: “eu queria recentrar um pouco o discurso, embora eu compreenda especialmente os Presidentes de Junta que estão mais afectos aos equipamentos e às populações, no entanto eu tenho uma perspectiva um pouco diferente referente à Carta Educativa, vejo-a mais como um instrumento político, daquilo que é a política cultural e educacional da Câmara, e é mais nesse sentido que vai a minha intervenção porque no fundo o que estamos aqui a discutir é a alteração à Carta Educativa inicial. Este documento que é a Carta Educativa é um documento estruturante e dinâmico. Ele é estruturante porque define as alternativas da política educativa ao nível concelhio. E ele é dinâmico porque reflecte a realidade do concelho e essa realidade encontra-se em mutação e é preciso dar respostas concretas a essa mutação. Temos de ter em consideração o seguinte: A actual Carta Educativa

foi concluída em 2002 e nós estamos em 2007, é natural que um documento que é estruturante e dinâmico como é o caso desta Carta sofra ou possa sofrer alterações de maior ou menor monta, tendo em consideração os movimentos populacionais internos e a realização da política educativa do município torrejano. É por isso e é perante este princípio e tendo em consideração que a Carta tem sido auditada pelos técnicos camarários que têm visto e analisado os movimentos populacionais, que eu concordo em tese com as alterações propostas, nomeadamente o terceiro centro escolar na cidade e a transformação da EBI Visconde S. Gião, na redefinição das áreas de influência do Centro Escolar de Meia Via e a questão da Olaia que passa para a freguesia do Paço. É neste sentido que eu acho que esta alteração que é aqui proposta da Carta Educativa tem méritos e deve ser equacionada e eu queria deixar aqui este ponto de vista. Agora há outro aspecto, que é os edifícios, as valências dos edifícios, a adequação desses edifícios, ao número de alunos e à necessidade e esse será o segundo aspecto depois de definirmos a rede e esta Carta Educativa antes de mais é uma Carta definidora dessa mesma rede”.-----

António Calado Nobre – Colocou as seguintes questões: Gostaria de obter informação e esclarecimento e porque concordamos e achamos que a carta educativa é por si um documento inacabado e sujeito a constantes alterações, só assim é que ela faz sentido, quais foram os critérios que levaram à definição do actual quadro, porque a análise dos fluxos dos alunos, parece-nos importante e saber por quem é que foi elaborado essa monitorização. Também porque nas grandes opções do plano é referenciado que a monitorização da Carta Educativa é feita através dum Protocolo com a Universidade Católica, saber portanto quem efectuou esse trabalho e com base em que dados.-----

Sr. Presidente da Câmara – Esclareceu e repetiu que as preocupações apontadas pelos Presidentes, vão deixar de ser com as Juntas, os Centros vão ter autonomia, embora isso não impeça que a Câmara faça um protocolo com as Juntas, mas as responsabilidades já não vão ser as mesmas. Acrescentou que isto é mesmo um assunto sério, todos irão ter acesso aos projectos dos centros, tendo em vista a redefinição de uma das várias etapas que a Carta Educativa vai sofrer. Terminou, saudando os Presidentes de Junta que vêm desaparecer as

escolas das suas freguesias, resultado da aprovação desta Carta Educativa, que foi de certeza aprovada por unanimidade na Câmara e na Assembleia, sem votos contra.-----

A **Sr.ª Vereadora Manuela Pinheiro**, respondeu ainda a algumas questões, nomeadamente que o novo nome a dar aos centros é Centro Escolar e as valências incluem sala de professores, assim como irá haver rede de transportes. Em relação à monitorização da carta, os primeiros estudos foram feitos por um colega que na altura se encontrava em regime de requisição na Câmara e era também colaborador da Universidade Católica, mas todas estas alterações passaram unicamente pela divisão de educação. Brevemente serão feitas novas alterações também pela divisão e eventualmente por técnicos externos.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as alterações à Carta Educativa do Concelho de Torres Novas, com a seguinte votação: vinte e cinco votos a favor e dez abstenções.-----

Acerca desta votação, foi feita a seguinte declaração de voto: **Adriano Aguiar**:
“Relativamente à votação para a Carta Educativa do concelho de Torres Novas, optei pela abstenção por dois motivos.

Penso que seria mais viável assim como mais dinâmico e menos dispendioso a redução dos Centros Educativos que estão projectados.

Continuo também a defender que caso avance o que está programado, que o Centro Educativo que irá englobar Pedrógão, Ribeira Branca e Zibreira deveria ser construído numa área mais centralizada em relação às três freguesias em questão”.-----

PONTO SEIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, DE ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO, NA VILA DE RIACHOS.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em seis de Março do ano em curso. (Anexo 7).-----

Luis Gaspar Lopes – Interveio para dizer que a Junta de São Pedro enviou à Câmara há vários meses, uma proposta de alteração de trânsito, na zona rural de São Pedro, que até agora não teve resolução, estando este atraso a causar alguns problemas, porque pode haver algum acidente.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal sob Proposta da Câmara, aprovar por unanimidade, a Alteração de Sinalização Vertical de Trânsito, na Vila de Riachos.-----

PONTO SETE

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA PARTICIPAR NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.

Tendo em vista a participação do representante das Juntas de Freguesia do Município, no XVII Congresso da Associação dos Municípios Portugueses, a realizar nos Açores, dias 15 e 16 de Junho, foi presente a seguinte proposta:

Partido Socialista – **Hélder Duque Alves, Presidente de Junta de Freguesia de Lapas.**

José Carlos Frango – Referiu não valer a pena os partidos fazerem qualquer proposta para apresentar nomes, uma vez que vence sempre alguém do PS. Achava mais lógico que o PS designasse uma pessoa, em vez de ser feita a eleição.-----

Submetida a proposta a votação, por escrutínio secreto, obteve-se o seguinte resultado: dezanove votos a favor, quinze votos em branco e um contra.-----

Em face destes resultados, ficou assim eleito o representante das Juntas de Freguesia do Município, para participar no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar nos Açores, Hélder Duque Alves, Presidente de Junta de Lapas.-----

PONTO OITO**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PRESENTE NA SESSÃO DESTA AM
DE 23.04.07, REFERENTE A UMA EVENTUAL ALTERAÇÃO AO
REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia da proposta presente na sessão desta Assembleia, celebrada em 23 de Abril do ano em curso. (Anexo 8). -----

Foram feitas as seguintes intervenções:

José Trincão Marques – “A proposta da CDU, de alteração da alínea c) do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança tem subjacente uma preocupação séria e legítima: o deficiente funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, por falta de quórum para a realização das reuniões.

Porém apesar de bem intencionada, o conteúdo da proposta apresentada, configura um erro político e também jurídico, pelas seguintes razões:

- a) Esta proposta ao reduzir o número de Presidentes de Junta com assento no Conselho Municipal de Segurança, distorce a proporcionalidade da representação política que agora é assegurada;
- b) Esta proposta ao reduzir o número de Presidentes de Junta com assento no Conselho Municipal de Segurança, exclui a maioria das freguesias do concelho da participação neste importante órgão, sendo da maior relevância, por razões óbvias, que todas as freguesias possam estar nele incluídas;
- c) A nota final desta proposta apenas contempla a eventual representatividade de três presidentes de Junta do PS, um da CDU e um do PSD, excluindo os presidentes de Junta eleitos por listas independentes.
- d) Finalmente esta proposta e a sua nota final estão redigidas sem acautelarem as alterações que se venham a verificar no futuro (daqui a dois anos, por exemplo), no número de presidências de junta detidas por cada partido ou grupo independente.

Assim, a solução para o problema do deficiente funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, por falta de quórum nas suas reuniões, passará necessariamente por duas vias:

- a) A chamada de atenção desta Assembleia aos senhores Presidentes de Junta para a importância do regular funcionamento deste órgão e para a importância da sua presença nas reuniões deste órgão;
- b) No caso de não lhes ser possível alguma vez comparecer nas reuniões, poderão e deverão os mesmos fazer-se substituir e representar pelos seus substitutos legais.

Por estas razões iremos votar contra a proposta apresentada pela CDU, com o apelo aos senhores Presidentes de Junta para a importância da sua real e efectiva participação no Concelho Municipal de Segurança.

Votar a favor desta proposta seria o mesmo que passar um atestado de menoridade e de irresponsabilidade a todos os Presidentes de Junta representados nesta Assembleia.-----

António Gomes – Interveio de seguida e questionou os Presidentes de Junta, do motivo de faltarem às reuniões dum órgão tão importante. Se os Presidentes de Junta conhecem a lei e o regulamento, saberão se forem afastados deste Conselho de Segurança, as freguesias e os seus Presidentes podem perder direitos, competências e acha que isso é muito importante para quem é representante da população, até porque do ponto de vista da lei, os presidentes de junta são os mais próximos das populações, são os primeiros a saber das medidas de prevenção, como por exemplo, combate à criminalidade, exclusão social, questões do ordenamento social, questões de segurança, carências de apoio à reinserção e quem detém e faz parte deste órgão não devia abdicar dele. As populações não sabem que isto está a acontecer, nomeadamente, deveriam publicar as actas para que se tenha conhecimento das verdadeiras funções do Conselho e repetiu que quem tem competências e tem objectivos importantes, não deveria abdicar.-----

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “A proposta que foi apresentada, como está no seu enunciado, tem um único objectivo que é permitir que o Conselho Municipal de Segurança tenha quórum, uma vez que está constituído há vários anos e não sei se alguma vez funcionou em primeira convocação, porque em segunda convocação funciona com um terço da sua composição, visa resolver um problema para que o Conselho funcione, é esse o objectivo. A proposta feita é legal, e não visa a discriminação de ninguém. As pessoas não estão sensibilizadas e não podem ser obrigadas a participar, mas também por essa razão, não podem

inviabilizar que um órgão que é importante funcione. A Assembleia Municipal, pode ao abrigo da Lei, indicar os Presidentes de Junta representantes para este órgão, como faz para outras entidades e não tem que ser necessariamente todos. Estive dois dias fora, quando cheguei vi afixado no comércio um cartaz que não prestigia em nada o nosso concelho, que dizia que nas freguesias de Brogueira e Alcorochel foi constituída uma milícia popular porque existem muitos roubos e assaltos e a GNR e os Tribunais nada fazem. Se o Conselho Municipal de Segurança, funcionasse regularmente, estas situações não aconteciam. Importa dizer que a última reunião não se realizou, estava marcada para o dia a seguir em que entrou em vigor as alterações das responsabilidades, das forças de segurança nas freguesias partilhadas e nem os presidentes de Junta dessas freguesias estavam presentes. Os restantes membros estavam todos presentes mas ele acaba por não funcionar, exactamente porque o peso dos presidentes de junta é o equivalente ao quórum. E também é importante que para ele funcionar se façam as reuniões com regularidade, segundo o que está estabelecido na lei e no regulamento, o Conselho deve funcionar trimestralmente, a última reunião foi à três anos, portanto isto não motiva ninguém, embora com tantos problemas que há para discutir, e não são só de segurança”.

Silvino Rosa - Referiu que em dois anos de mandato, só viu o Conselho reunir duas vezes, mas esteve sempre presente, se calhar o que falta era reunir com mais assiduidade.-----

-

Luís Gaspar Lopes – Referindo a intervenção do membro António Gomes, respondeu nunca ter faltado a reuniões, a não ser em casos extremos e rejeita a forma como o mesmo se expressou, de quase irresponsabilidade atribuída aos presidentes de junta.-----

Henrique Reis – Também do mesmo modo se manifestou acerca da intervenção do membro António Gomes, como Presidente de Junta, participa quando pode, considerando o tipo de linguagem extremamente negativo e infantil e que não admite.-----

-

António Canais – Justificou que a intenção da proposta, tinha por base assegurar o bom funcionamento do Conselho, mas uma vez que foi reafirmado que deveriam estar todos os presidentes, volta-se à mesma situação. Acrescentou ainda que, quando não se quer aceitar nada que não venha da maioria absoluta, mesmo que seja correcto e para bem do concelho, então assumam-se se seja-se claro...porque invocarem-se as possíveis alterações nos futuros resultados eleitorais e a dignidade dos Presidentes das Juntas de Freguesia, são falsas questões para tentar justificar o injustificável. Porque bastava que se dissesse 5 presidentes de Junta encontrados pelo método de Hont. Quanto à sua dignidade, a Lei diz no art.º 5.º alínea d) «*um número a fixar pela Assembleia Municipal*» Não diz que têm que ser todos. Outro exemplo na alínea j) do mesmo artigo: «*um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, em numero a definir no regulamento de cada Conselho, no máximo de 20.*» A Assembleia só definiu três, aqui já não há problemas de dignidade, ou só existiam três em todo o concelho de Torres Novas? -----

António Gomes – Interveio e referiu que o carapuço só serve a quem serve e acrescentou se os Srs. Presidente da Chancelaria e de São Pedro vêm às reuniões, tudo bem, dá-lhes os parabéns, estão a cumprir com o Regulamento. A seu ver, o que parecia interessante conversar, era conseguir saber o motivo das coisas falharem e não fugir à discussão. Se existe um órgão que toda a gente sabe que é importante, e alguém não está a cumprir, terão de lembrar-se que o povo votou nas pessoas e por isso é para cumprir. Questiona porque se sentem atingidos, ofendeu alguém? Só lamenta estas situações, porque existem casos sérios de segurança que deveriam ser acompanhados. Ou então calamo-nos e fingimos que está tudo bem.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal rejeitar, com vinte e um votos contra, duas abstenções e dez votos a favor, a proposta presente na sessão de 23.04.07, referente a eventual alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

Mais deliberou a Assembleia Municipal, aprovar em minuta, o ponto dois da ordem de trabalhos.-----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas, do dia catorze de Maio de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.